

DECRETO Nº 7.596 DE 05 DE JUNHO DE 1999

Cria a Área de Proteção Ambiental – APA de Joanes-Ipitanga e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista as disposições da Lei n.º 3.858, de 3 de novembro de 1980, e com fundamento na Lei Federal n.º 6.902, de 27 de abril de 1981, e nas Resoluções CONAMA n.º 010, de 14 de dezembro de 1988, e n.º 012, de 14 de setembro de 1989,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental – APA de Joanes-Ipitanga, abrangendo parte dos Municípios de Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Candeias, São Sebastião do Passe, Salvador e Dias D'Ávila, com área aproximada de 30.000 ha, conforme projeto elaborado pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, visando à preservação dos mananciais Joanes I, Joanes II, Ipitanga I, II e III, e o Estuário do Rio Joanes.

Art. 2.º - A administração da APA Joanes-Ipitanga será exercida pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA, ao que caberá, dentre outras competências previstas na legislação própria, especialmente na Resolução CONAMA n.º 10, de 14 de dezembro de 1988:

I – elaborar o plano de manejo, no qual se estabelecerá o zoneamento ecológico-econômico, respeitada a autonomia e o peculiar interesse municipal, assim como observadas a legislação pertinente e as disposições deste Decreto;

II – traçar os limites da APA em base cartográfica, com definição das coordenadas geográficas e respectivo memorial descritivo;

III – analisar, emitir pareceres e aprovar a implantação de empreendimentos e atividades na área, considerando os planos e políticas municipais;

IV – exercer a fiscalização da área, podendo celebrar convênios com entidades idôneas e que tenham interesses relacionados aos objetivos da APA;

V – promover a participação das prefeituras, de organizações não governamentais e demais segmentos sociais interessados no desenvolvimento sustentável da Bacia Joanes-Ipitanga.

Art. 3.º - O Zoneamento Ecológico-Econômico da APA de Joanes-Ipitanga, a que se refere o inciso I, do art. 2º, deste Decreto, definirá as restrições e proibições de uso das seguintes zonas, a serem delimitadas:

I – ZONA DE PRESERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE – corresponde às áreas de preservação onde não se admite o uso direto e atividades que importem na alteração antrópica da biota, podendo o Plano de Manejo prever atividades relacionadas ao turismo ecológico, pesquisa e educação ambiental. Serão enquadradas nessa zona os lagos formados pelas represas Joanes I, Joanes II, Ipitanga I, II e III, as áreas que apresentem vegetação ombrófila em estágio médio e avançado de regeneração, o manguezal do Rio Joanes e as áreas de nascentes.

II – ZONA DE CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE – corresponde às áreas de uso direto, desde que se respeite o Limite Aceitável de Câmbio – LAC dos recursos naturais. São áreas onde poderá ocorrer ocupação de baixa densidade, proibindo-se quaisquer lançamentos diretos de

efluentes. Os empreendimentos e atividades a se instalarem nessa zona deverão obter aprovação prévia da entidade administradora da APA.

III – ZONA DE OCUPAÇÃO URBANA – corresponde às áreas de ocupação urbana consolidada, e seu entorno. São áreas em que se permite a expansão da ocupação, com aprovação prévia da entidade administradora da APA, independentemente de outras licenças e autorizações pertinentes.

IV – ZONA DE USO AGROPECUÁRIO – corresponde às áreas onde a atividade agropecuária deverá ser regulada, não se admitindo práticas capazes de causar degradação do solo, a exemplo da contaminação por agrotóxicos e desencadeamento de processos erosivos;

V – ZONA DE RECOMPOSIÇÃO – corresponde às áreas que precisam da intervenção antrópica para recompor total ou parcialmente o ambiente. Nestas áreas serão introduzidas espécies vegetais nativas e adaptadas, para reconstituição de matas ciliares, e recuperação de áreas degradadas.

Art. 4.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 100, de 4 de junho de 1991.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 05 de junho de 1999.

CÉSAR BORGES
Governador

SÉRGIO FERREIRA
Secretário de Governo

LUIZ CARREIRA
Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia